

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - IPADES**

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

Francisco Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

Aristóteles (384-322 a.C.) observou que os humanos tinham uma tendência natural a formar unidades sociais nas quais os indivíduos se juntam formando famílias, povoados e cidades. Assim como alguns animais – abelhas, cupins e formigas (*Insecta*), bovinos (*Mamifera*) – se distinguem por sua disposição para viver em colônias ou bandos, os humanos são, por natureza, sociais. Das suas observações chegou à conclusão que “*o homem é por natureza um animal político*”.

Essa definição coloca o homem como um animal cuja natureza é de viver em sociedade numa *polis*. Para ele, era inconcebível que os humanos pudessem viver de qualquer outro modo. Qualquer um vivendo fora de uma *polis* acreditava o filósofo, não era humano, podendo ser tanto superior aos homens, ou seja, um deus, como inferior a eles, isto é, um animal selvagem.

Essa condição de viver em *polis* e conseguir certa harmonia conduziram-no para um sistema que na Grécia Antiga tinha o caráter direto de governo popular, e que foi denominado de democracia pelos gregos. Era a assembléia dos cidadãos, cujo número nunca excedeu 20 mil pessoas, que decidia diretamente, pela pluralidade dos sufrágios, sobre os negócios públicos. A cidadania era restrita aos homens livres, com a exclusão dos escravos e metecos – estrangeiros domiciliados em Atenas. Esse tipo de democracia é conhecida como radical, tende à simplicidade e à concentração dos meios.

O período do Iluminismo na seqüência da Idade Média, na Europa, que não exercitava a democracia grega, apresentou novas visões da natureza humana. Muitos pensadores acreditavam que, ao analisar os “instintos” e comportamentos humanos desse estado da natureza, seria possível desenvolver um sistema de governo que

satisfizesse as necessidades dos cidadãos, promover bons comportamentos e enfrentar os maus.

O escritor inglês Thomas Hobbes (1588-1679) foi um dos pensadores iluministas a pautar seu argumento numa visão articulada do estado de natureza. Sua visão era que os seres humanos precisavam ser governados já que o estado de natureza era terrível, um mundo de cada um por si que leva a uma guerra perpétua que os homens travam no seu estado natural. Essa condição levou-o a afirmar: “*o homem é o lobo do homem*”.

Em sua obra mais famosa, *Leviatã* (1651), Hobbes apresentou os humanos como agentes racionais que buscam maximizar seu poder e agir de acordo com seus interesses próprios, já que agir de outra forma colocaria em risco sua autopreservação. Nela, ele defende a fundação do Estado sobre a base de um contrato social. Sua obra foi um dos alicerces para a formação do Estado Absolutista, no qual os monarcas governavam segundo o direito divino.

O título sugere a opinião do escritor sobre o Estado e a natureza humana. *Leviatã* é o nome de um monstro aquático da mitologia fenícia mencionado na Bíblia, no livro de Jó, em que é caracterizado como símbolo do paganismo. Para Hobbes, o Estado é o “*grande Leviatã.... que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. Nele, a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro*”. O Estado seria assim, uma cruel construção artificial, contudo necessária para o bem e a proteção dos cidadãos.

Na Europa, em especial na França, muitos filósofos políticos começaram a investigar o Estado Absolutista em função de sua estrutura de poder: a monarquia, o clero e a aristocracia. Destacaram-se pelos estudos e observações desse tipo de Estado, os pensadores François Marie Arouet Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755).

Montesquieu defendia que o poder passasse da monarquia para o povo, Voltaire argumentava que houvesse a separação entre Igreja e Estado e Rousseau dizia que a sociedade podia ser moldada por suas instituições políticas. O Estado Absolutista começava a sofrer críticas, estudos e mobilização política contrárias ao

seu *Status Quo* que contribuíram com modificações, transformando-o no Estado com divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Surge a democracia representativa como representação política da Europa moderna. Esse tipo de democracia é denominada liberal, depende do equilíbrio dos poderes, por freios e contrapesos. Ela submete-se ao mesmo tempo às tradições nacionais ou menos fortemente individualizadas e também da tradição religiosa, na qual as inspirações (judaico-cristãs no caso dos países da Europa e da América do Norte) têm uma importância particular.

Esse novo regime político está associado a um estado social caracterizado por uma divisão do trabalho muito desenvolvida pela existência de uma *sociedade civil*, em que *burgueses* dão expressão legítima à diversidade de seus interesses e de suas opiniões.

A democracia é levada a arbitrar, do ponto de vista da hierarquia dos valores cuja realização ela propõe, entre os três termos da divisão francesa – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – se com este último termo se designar uma coletividade solidária.

Fazendo-se um corte temporal nesse processo político histórico, e concomitantemente, atendo-se ao Brasil atual tem-se que a ampliação da participação política é um movimento recente, que talvez por essa condição, ainda não foi possível acabar com as práticas clientelistas até então presentes no cotidiano político brasileiro, até porque a redemocratização é um fato novo e ainda está se consolidando num ambiente de nação com grandes diferenças sociais, de renda, e, entre regiões e estados.

Por outro lado, o desenvolvimento de uma sociedade na concepção sociológica atual é um processo de conquistas políticas, econômicas, sociais e ambientais que devem estar em constante aperfeiçoamento. Na democracia, as eleições constituem-se num momento e numa ferramenta de importância nessas conquistas e seus respectivos aperfeiçoamentos.

Para tal, dois fatores são decisivos. O primeiro é o nível de politização do eleitor, de modo a entender que na democracia a alternância de poder “oxigena” não só o ambiente político, como o próprio desenvolvimento da sociedade. Caso contrário, a democracia pode se transformar numa “ditadura” de partido hegemônico, condição não propícia ao equilíbrio das forças políticas.

O segundo diz respeito ao voto. Este “cobra” dos eleitores a “virtude” que lhes permitam distinguir entre seu interesse privado e o bem público, o que está em consonância com o nível de politização. Mas, o voto coloca também um problema lógico. Ela consiste em “agregar” preferências individuais para construir uma preferência coletiva que tenha a propriedade de envolver todos e cada um.

O Brasil, neste século, tem o desafio de se consolidar como país democrático em sua plenitude, e para sua consecução as eleições devem ser entendidas como uma ferramenta que “oxigena” politicamente a sociedade, e concomitantemente impulsionam os fatores do desenvolvimento, para que seja uma constante, e esteja embasado na sustentabilidade sob seus vários aspectos, no crescimento econômico e na justiça social.

Essas condicionantes também são responsáveis pelo bom funcionamento das instituições e estas ao desenvolvimento. As instituições não podem ser aparelhadas por partidos políticos que se tronam hegemônicos, sob pena de desvio de suas funções, que são prestar bons serviços aos cidadãos.

Esse aspecto é tão essencial na democracia que já é assunto de teoria econômica. Nasceu nos Estados Unidos há cerca de 40 anos e hoje tem especialistas na Europa e em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Dois de seus maiores nomes, Ronald Coase e Douglas North, ganharam o Prêmio Nobel de Economia de 1991 e 1993, respectivamente.

Conclui-se de vital importância, numa democracia, o papel que exerce a formação de uma consciência política pelo cidadão. Pois, como dizia Martin Luther King (1929-1968): *“nada no mundo é mais perigoso que a ignorância sincera”*.

Portanto, é necessário que o eleitor vote com essa consciência política ou buscando tê-la, pois somente assim contribui para a própria democracia e para o desenvolvimento da sociedade, conseqüentemente o seu.

O Brasil, em 2014, com eleições gerais para Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais depende da formação crescente da consciência política dos eleitores para evitar retrocessos, e colher um futuro com melhores indicadores de desenvolvimento. A democracia deve se constituir em instrumento para manter a sociedade em permanente busca do desenvolvimento sustentável e sustentado, e com justiça social.